

DULCELINA GONÇALVES RAMOS

INCLUSÃO DAS CRIANÇAS
COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NOS
JARDINS DE INFÂNCIA DA CIDADE DA PRAIA E DA CALHETA

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

Praia, 2010

DULCELINA GONÇALVES RAMOS

INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
JARDINS DE INFÂNCIA DA CIDADE DA PRAIA E DA CALHETA

Trabalho científico apresentado à Universidade de Cabo Verde para a
obtenção do grau de Licenciatura em Educação de Infância sob a
orientação do Mestre Filomeno Tavares.

Praia, 2010

Praia, _____ de _____ de 2010

O Júri:

Presidente

Arguente

Orientador

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos nossos filhos Bruno e Nice, nossa parte de quem somos e seremos, antes de tudo e para sempre, uma mãe orgulhosa.

Aos nossos familiares, pela força que nos tem dado ao longo destes quatro anos de intenso trabalho.

Ao nosso esposo Ostelino Moreno, com amor admiração e gratidão pela sua compreensão, carinho, presença e incasável apoio ao longo deste período.

AGREDECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao nosso orientador Mestre Filomeno Tavares, pela competência com que orientou esta monografia e o tempo que generosamente nos dedicou, transmitindo-nos os melhores e mais úteis ensinamentos, com paciência, e confiança. Ainda pela sua força de vontade, indicações e críticas construtivas sempre tão oportunas Bem-haja.

Ao nosso esposo Ostelino Moreno que foi o nosso companheiro de vida, que assumiu com dedicação extrema, muitas das responsabilidades familiares, propiciando a nossa dedicação a esta formação. Esteve sempre presente nos momentos mais difíceis apoiando-nos e incentivando de forma incondicional.

A todos os colegas de curso e aos nossos professores que nos ajudaram a ultrapassar as barreiras com que nos deparamos durante todo o processo de pesquisa.

RESUMO

A Declaração dos Direitos das crianças é reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no que se refere à protecção que as crianças devem receber em relação, à vida, à educação, à própria identidade, bem como a todas as formas de abuso e exploração. Partindo de “igualdades de oportunidades e de educação para todos” é inegável que deve-se ampliar as oportunidades educacionais para os portadores de Necessidades Educativas Especiais que estão incluídas nos jardins-de- infância. Baseando-se nos “princípios de igualdade de oportunidades “ e “educação para todos” é que questionamos a inclusão dos portadores de Necessidades Educativas Especiais, em que estão apoiados pela Declaração de Salamanca, e Cabo – Verde assumiu esse compromisso no combate a exclusão de toda e qualquer pessoa do sistema educativo. É de salientar que a temática das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), está a ser muito discutida, visto que elas têm os mesmos direitos que as outras crianças “ditas normais”. Assim é necessário respeitar os princípios da igualdade, da diversidade, da discriminação positiva e da inclusão social e cultural das crianças. Por este motivo essas crianças devem partilhar o sistema de educação num espaço aberto e adequado a inclusão e ensino inclusivo sem qualquer tipo de discriminação, juntamente com as “ditas normais”.

Com este trabalho analisamos a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais nos jardins-de-infância na ilha de Santiago mais concretamente na Cidade da Praia e na Cidade da Calheta. Neste estudo utilizamos o método quantitativo, e os dados foram recolhidos através do inquérito por questionário. Concluímos que nos jardins-de-infância que fizeram parte do nosso estudo existem crianças com Necessidades Educativas Especiais, as monitoras que trabalham com essas crianças precisam de mais formações no domínio da educação especial e existe falta de materiais específicos e equipamentos especializados para responder às necessidades destas crianças.

A todos, muito obrigada.

ABREVIATURAS

AADICD – Associação de Apoio à Integração e Desenvolvimento da Criança com Deficiência

ACD – Associação Cabo-verdiano de Deficientes

ADEVIC – Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde

ICS – Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Instituto Pedagógico

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

MED – Ministério da Educação e Desporto

NARC – Natural Association of Retarded Citizenas

NEE – Necessidades Educativas Especiais

ONGS – Organização Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OMCV – Organização das Mulheres Cabo-Verdianas

REI – Regular Education Initiative

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Pedido de autorização para aplicação do questionário _____	44
Anexo 2 – Questionário _____	45

INDICE

Resumo _____	IV
Dedicatória _____	V
Agradecimento _____	VI
Abreviaturas _____	VII
Índice _____	VIII
Índice de quadros _____	X
Índice de anexo _____	XII
Introdução _____	01
Justificação da escolha do tema _____	04
Capítulo I – Revisão Bibliográfica _____	05
1.1. Historial da Educação Especial _____	05
1.2. Inclusão _____	08
1.3. Educação Inclusiva _____	09
1.4. Conceito de Necessidades Educativas Especiais _____	11
Capítulo II – Metodologia _____	13
2.1. Contextualização do Estudo _____	13
2.2. Caracterização do Sistema Educativo Cabo-verdiano _____	14
2.3. Breve Referência da Educação Especial em Cabo Verde _____	16
2.4. Procedimentos Metodológicos _____	18
2.5. Instrumento de Recolha de Dados _____	19

Capítulo III – Apresentação e Análise dos Resultados	20
3.1. Caracterização da Amostra	20
3.2. Apresentação dos Resultados	21
3.3. Discussão dos Resultados	36
Capítulo IV – Conclusões, Limitações e Recomendações	38
4.1. Conclusões	38
4.2. Limitações	39
4.3. Recomendações	40
Bibliografia	41
Anexos	44

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Género _____	20
Quadro 2 – Nível de escolaridade _____	20
Quadro 3 – Participação na formação sobre NEE _____	21
Quadro 4 – Frequência de participação na formação _____	21
Quadro 5 – Gostarias de Participar na formação sobre NEE _____	22
Quadro 6 – Instituição que promoveu a formação _____	22
Quadro 7 – Duração da formação _____	23
Quadro 8 – Preparação para trabalhar com crianças com NEE _____	23
Quadro 9 – Justificação da preparação das monitoras _____	24
Quadro 10 – Justificação da não preparação das monitoras _____	24
Quadro 11 – Preparação dos jardins para receberem crianças com NEE _____	25
Quadro 12 – Justificação da não preparação dos jardins _____	25
Quadro 13 – Existência de crianças com NEE nos jardins-de-infância _____	25
Quadro 14 – Número de crianças com NEE existentes nos jardins _____	26
Quadro 15 – Tipos de NEE apresentadas pelas crianças incluídas _____	26
Quadro 16 – Acompanhamento das crianças com NEE no jardim _____	27
Quadro 17 – Especialistas que acompanham as crianças _____	27
Quadro 18 – Frequência do acompanhamento das crianças _____	28
Quadro 19 – Dificuldades em trabalhar com crianças com NEE _____	28
Quadro 20 – Justificação da dificuldade em trabalhar com criança com NEE _____	29
Quadro 21 – Justificação de nenhuma dificuldade para trabalhar com crianças com NEE ____	29

Quadro 22 – Adequação das actividades curriculares _____	30
Quadro 23 – Justificação da não adequação das actividades curriculares _____	30
Quadro 24 – Dificuldades apresentadas pelas crianças com NEE durante as actividades _____	31
Quadro 25 – Participação das crianças com NEE nas actividades planificadas no jardim _____	31
Quadro 26 – Relacionamento entre as crianças _____	32
Quadro 27 – Existência de materiais/ equipamentos especializados para as crianças com NEE _____	32
Quadro 28 – Obstáculos na inclusão das crianças com NEE _____	33
Quadro 29 – Os jardins-de-infância da Cidade onde trabalha estão preparados para acolherem crianças com NEE _____	33
Quadro 30 – Justificação da preparação dos jardins onde trabalha _____	34
Quadro 31 – Justificação da não preparação dos jardins onde trabalha _____	34
Quadro 32 – Sugestões sobre a inclusão das crianças com NEE nos jardins _____	35

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos as crianças com limitações vêm sendo marcadas pela diferença, chegando mesmo a serem alvos de acções injustificadas como as verificadas em Roma, Grécia onde estas crianças eram mortas ao nascerem. Então a partir do século XX foi o tempo de grandes descobertas no campo da medicina e houve uma preocupação por parte dos estudiosos em busca de respostas para os indivíduos que apresentavam limitações.

Como se pode notar ao longo do tempo a educação escolar foi muito selectiva, durante um longo período de tempo a escola servia a um número muito reduzido de indivíduos, reforçando desta forma a desigualdade social. Em Cabo Verde a situação não foge muito à regra. A escola era reservada a um número reduzido de indivíduos que constituíam a elite cabo-verdiana, no período que antecede a independência. De acordo com as informações do censo, “só partir de 1945 é que o ensino tornou -se obrigatório para todas as crianças” (Censo, 2004). Mas Carvalho (1998) afirmou que nem todas as crianças eram incluídas; mostrando que o acesso era restrito às crianças consideradas saudáveis. Isto é, as crianças que frequentavam o estabelecimento de ensino, eram aquelas que não tinham nenhuma deficiência ou dificuldade de aprendizagem, ou seja aquelas consideradas como sendo saudáveis, enquanto que as que possuíam algumas dificuldades eram eliminadas, ou seja, essas crianças não tinham acesso ao ensino, juntos dos seus pares consideradas normais. O nosso tema é “A Inclusão das Crianças com Necessidades Educativas Especiais na Cidade da Praia e na Cidade da Calheta de São Miguel ”. A inclusão é um tema que vem sendo debatido na actualidade. Consideramos que dar mais atenção à diversidade é acreditar que qualquer criança, independentemente da sua condição sócio-económica, classe social a que pertence, sexo etc; tem potencialidades para aprender, desde que seja utilizada uma metodologia adequada e que vá ao encontro das suas limitações. O acto de incluir facilita a criação de uma sociedade mais forte e que respeita todos os indivíduos, independentemente das limitações apresentadas. A educação de uma criança deve começar no seio da sua família, onde ela fará a sua socialização primária, as primeiras aquisições e aprendizagens, interiorizando determinadas regras com as quais irá viver. A família tem um papel fundamental, isto é, o de dar continuidade a vida humana.

Mas mesmo assim, as escolas e os jardins não ficam de fora, no desempenho das suas funções, isto é, são também lugares onde as crianças estabelecem laços afectivos, aprendem a relacionar-se umas com as outras, decepcionam-se, aprendem a estabelecer estratégias tanto a nível emocional, afectivo, relacional e de aprendizagem.

As escolas e os Jardins desempenham um papel importante na formação de quaisquer cidadãos sobretudo das crianças com Necessidades Educativas Especiais. As crianças nas escolas e nos jardins passam a interagir socialmente conhecendo nos primórdios de sua formação, um grupo de pessoas diferente daquele com o qual elas convive, a família (Júnior, 2004).

A partir do tema elaboramos as seguintes questões:

Quais as percepções das monitoras dos jardins-de- infância dos concelhos da Praia e Calheta, sobre a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais?

Será que as Crianças com Necessidades Educativas Especiais estão Incluídas nos Jardins-de-Infância da Cidade da Praia e da Cidade da Calheta?

Assim, com a realização deste estudo pretendemos atingir os seguintes objectivos:

Saber se os jardins-de-infância da Cidade da Praia e Cidade da Calheta estão dotados de recursos materiais e humanos necessários para a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais;

Ver a percepção das monitoras sobre a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais nos jardins-de-infância da Cidade da Praia e Cidade da Calheta.

Para responder às questões da nossa investigação elaboramos as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 – as crianças com Necessidades Educativas Especiais não estão incluídas nos jardins-de-infância da Cidade da Praia e da Cidade Calheta de São Miguel;

Hipótese 2 – as monitoras da Cidade da Praia e da Cidade da Calheta de São Miguel não estão preparadas para trabalharem com crianças com Necessidades Educativas Especiais, por falta de formação específica.

O trabalho está subdividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo fizemos a revisão bibliográfica, onde incluímos historial da Educação Especial, abordamos a Educação Inclusiva, o conceito de Necessidades Educativas Especiais.

O segundo capítulo foi reservado à metodologia, onde abordamos os procedimentos metodológicos utilizados, fizemos a contextualização do estudo, instrumento de recolha de dados, caracterização do sistema educativo cabo-verdiano e breve historial da educação especial em Cabo Verde.

No terceiro capítulo apresentamos e analisamos os dados obtidos.

No quarto capítulo apresentamos as conclusões, as limitações e as recomendações.

E por fim apresentamos todas as bibliografias e fontes citadas no trabalho e os anexos.

JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA

Depois de muito reflectir sobre o tema a desenvolver neste trabalho do fim do curso, resolvemos debruçar-nos sobre a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais na ilha de Santiago, concretamente na Cidade da Praia e na Cidade da Calheta de São Miguel.

A escolha desse tema deve-se ao facto de se tratar de uma questão que é uma preocupação, tanto para as famílias como para a sociedade enquanto um todo. O facto de residirmo-nos numa localidade onde quotidianamente, observamos as dificuldades de uma família que lida com um filho com Necessidades Educativas Especiais constituiu incentivo para desenvolver esta pesquisa, na procura de aprofundar mais os conhecimentos sobre esta realidade o que possibilitará uma melhor compreensão do problema. Por outro lado como futura educadora pretendemos reunir conhecimentos de forma genérica que me permitira responder as dificuldades inerentes ao desenvolvimento, a aprendizagem e ao comportamento das crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Ainda é de salientar que um outro grande motivo que nos levou à escolha desse tema, é que no decorrer do estágio, constatámos que há algumas monitoras que encaram e que dão tratamento a essas crianças de uma forma diferente das outras crianças “ditas normais,” isto é, dentro de uma mesma sala de actividades elas dão tarefas diferentes às crianças.

Para as crianças com Necessidades Educativas Especiais elas dão uma simples tarefa, que por elas são chamadas de actividades suplementares, e essas tarefas contribuem muito para uma estagnação da capacidade dessas crianças; sabendo que a inclusão é estar com e interagir com as outras, ou seja respeitando as diferenças individuais de cada criança na medida em que achamos que as monitoras devem fazer a adaptação do currículo a essas crianças isto é, todas as crianças devem ter acesso ao mesmo currículo.

CAPÍTULO I – Revisão Bibliográfica

1.1. Historial da Educação Especial

Ao longo dos tempos, a educação especial sofreu varias alterações e adaptações até chegar aos nossos dias. Essas ideias foram amadurecendo de acordo com a evolução das sociedades; isto é, houve vários autores que contribuíram para o desenvolvimento da educação especial, no sentido de tentar acompanhar a sociedade na sua dinâmica e evolução constante.

Na altura, as crianças e os jovens portadores de algumas deficiências eram considerados como sendo seres diferentes das outras crianças” ditas normais,” ou seja, a deficiência não era bem aceite pela família, e muito menos pela sociedade, isto é, o objectivo central era afastar esses indivíduos que apresentavam incapacidades, dos considerados normais, ou seja, isolar do grupo principal da sociedade.

Durante muito tempo as crianças e os jovens que apresentavam deficiências eram rejeitados, discriminados na sociedade; mas com a evolução do conhecimento científico, as crianças portadoras de deficiência passaram a ser estudadas em busca de respostas para os seus problemas. É de realçar que a sociedade começava a enxergar que os deficientes poderiam ser produtivos, se recebessem tratamento adequado (Correia, 2008).

Ao analisar o historial da educação especial, Bautista (1997), apresenta-o em três épocas: pré-historia, a era das instituições e a época actual.

Na primeira época, que foi denominada de pré-historia, houve muita rejeição e ignorância para com os indivíduos deficientes, visto que nas sociedades antigas consideravam os deficientes como obra do feitiço.

Na Idade Média a Igreja condenava esses indivíduos que tinham deficiências atribuía as causas sobrenaturais, e consideravam-lhes como possuidores do demónio e outros espíritos malignos. Em consequência disso, nos séculos XVII e XVIII os deficientes mentais eram internados em orfanatos, nos manicómios, prisões e outros tipos de instituições estatais, juntamente com os delinquentes, velhos, pobres sem nenhum tipo de atendimento especializado. Para colmatar esses problemas, os investigadores fizeram algumas experiencias positivas:

Segundo Bautista (1997), o frade Pedro de León (1509-1584) escreveu o livro Doutrina para los mudos- surdos, em 1620, Juan Pablo Bonet (1579-1633) Publicou Reduccion de la letras y arte de ensinar a hablar a los mudos. Carles Michel de l Epée (1712- 1789) criou uma escola pública para

surdos-mudos, em 1784, Valentim Haüy criou um instituto para crianças cegas, Louis Braille (1806-1852) criou o famoso sistema de leituras e escrita conhecido a nível mundial por Sistema Braille. Estas foram as primeiras experiências, que os investigadores fizeram para as pessoas portadoras de deficiências e serviram de base para novos desafios face à problemática da deficiência.

A segunda época foi considerada como era das instituições. Esta época foi nos finais do século XVIII princípios do século XIX, iniciou o período de institucionalização para pessoas deficientes, e nessa época também se deu o surgimento da educação especial, neste sentido surgiram várias escolas especiais, de acordo com a etiologia da deficiência. Nessa época, a sociedade consciencializou-se que é necessário prestar apoios às pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência.

A terceira foi a época actual século XX que foi denominada de início da obrigatoriedade e expansão da escolarização básica, na qual todas as crianças frequentavam a escola, independentemente da deficiência que apresentavam (Bautista et al., 1997). Neste período pretendem diminuir as diferenças existentes entre os indivíduos e criar igualdade de oportunidades, na medida em que todas as crianças deviam frequentar o ensino. Com a frequência das crianças na escola regular de ensino constatou-se que a maioria dos alunos não tinha o mesmo ritmo de aprendizagem. Neste sentido deu-se a divisão da educação especial com ênfase nos níveis de capacidade intelectual. Para isso passaram a examinar as crianças que tinham grandes dificuldades em acompanhar as "ditas normais" e ainda as que tinham deficiências físicas ou sensoriais através de testes de inteligência para determinar o seu quociente intelectual. As que estavam abaixo da média eram isoladas em termos educativos das restantes crianças, ou seja, não beneficiavam de uma situação educativa normal.

Com a aplicação dos testes, muitas crianças ficaram fora dos grupos das outras consideradas normais, o que levou os pais a manifestarem descontentamento, face a essa situação, porque constataram que os seus filhos estavam sendo prejudicados. A partir deste momento a sociedade consciencializou-se da necessidade de prestar apoios a estas crianças com algum tipo de deficiência especializada, na medida em que as crianças com necessidades educativas especiais poderão ser produtivas e úteis para a sociedade. E também os deficientes passaram a ser colocados juntamente com as "ditas normais" ou seja passaram a beneficiar do mesmo ambiente educativo.

Segundo (Brown e col. citado por Mayor, 1989), as escolas especiais oferecem às crianças deficientes um ambiente inadequado e pobre, o que vai dificultar o desenvolvimento das crianças deficientes do ponto de vista educativo. Devido a esta constatação Mayor (1989) consciencializou

se, e sentiu a necessidade de uma certa institucionalização, na medida em que as crianças com graves e complexas incapacidades, recebem tratamento, médico terapias e outros cuidados, além disso também para as crianças com dificuldades de aprendizagens por défices sensoriais, lesões cerebrais graves exigem uma atenção educativa continua e especializada, e por ultimo para as crianças com severas incapacidades, cujo os pais não podem prestar a devida atenção.

1.2. A Inclusão

Segundo (Correia, 1999), desde muito tempo, as pessoas com Necessidades Educativas Especiais, não recebiam nenhuma atenção educacional, simplesmente porque a sociedade as ignorava, rejeitava, perseguia e explorava, por serem consideradas como sendo pessoas, “possuidoras de espíritos malignos” Jonsson (1994, p.61). Sendo assim, nos finais da década de 80 surgiu a ideia da inclusão. Logo em 1986, nos EUA Madeleine Will defendia a adaptação da classe regular de modo que torna possível uma aprendizagem junto dos seus pares e num ambiente saudável. Então dali apelou para uma mudança enorme no que se refere ao atendimento das crianças com Necessidades Educativas Especiais, neste domínio os professores da educação especial e os do ensino regular juntaram-se e procuraram formas e estratégias para responderem às necessidades desses alunos. Posto isso, nasceu o movimento chamado de Regular Education Initiative (REI).

Antes da inclusão ganhar um verdadeiro terreno, houve muitas discussões e providencias mundiais para poder garantir o direito e a igualdade de todos, independentemente das suas capacidades físicas, sociais, linguísticas, isto é, que aceite todas as diferenças, e que apoie as aprendizagens e que responda às necessidades individuais na escola regular. Tudo isso aconteceu depois da conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990.

Segundo (Correia, 1995; citado por Correia 2003) inclusão é a inserção do aluno na classe regular onde sempre que possível, deverá receber todos os serviços educativos apropriados de modo a que se possa responder as necessidades individuais de cada aluno.

Apesar das inúmeras definições sobre a inclusão, verificamos que todas elas convergem para posicionar as crianças com Necessidades Educativas Especiais, na classe regular, respeitando os três níveis de desenvolvimento: académico, sócio-emocional e o pessoal.

Ainda, segundo Correia (1995), citado por Correia (1999), considera que o modelo inclusivo, considera o aluno com Necessidades Educativas Especiais, como um todo, e como centro da atenção por parte da escola, da família, da comunidade e do Estado.

De um modo geral a inclusão exige que se desenvolva uma prática a nível cultural, e uma dinâmica organizacional baseando na colaboração entre vários intervenientes educativos como por exemplo: colaboração entre os profissionais, pais e comunidades. Do mesmo modo exige mudanças de atitudes e conhecimentos no sentido de se desenvolverem práticas que respeitem e valorizem diferenças individuais.

1.3. Educação Inclusiva

A educação inclusiva teve o seu início nos Estados Unidos da América através da lei pública 94142 de 1975 encontrando-se na segunda década da implementação (Marech, 2001).

O movimento da inclusão apareceu porque muitos investigadores mostraram um descontentamento em relação a educação especial; na medida em que as crianças com Necessidades Educativas Especiais estão sendo prejudicadas.

A declaração de Salamanca (1990) proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura da educação para todos.

Este documento promoveu um princípio que defendia e garantia a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais de modo que possam usufruir dos mesmos direitos dentro de uma sociedade de aprendizagem.

Segundo Correia (2001), a filosofia da inclusão garante condições de igualdade de direitos sociais em todas as dimensões e campos de incidências, o que se pretende é que todos os alunos aprendam juntos, respeitando a sua diversidade que (Correia, 2001) defende como sendo “um conjunto de diferenças individuais, por exemplo, estilos cognitivos e de aprendizagem, interesses, experiências adquiridas, capacidades e condições orgânicas e ambientais que, em muitos casos, devem ser objecto de intervenções individualizados e apoios educativos apropriados” (p. 132).

Nesta óptica a inclusão escolar podemos dizer que ela é um processo pelo qual uma escola procede, permanentemente, à mudança do seu sistema, adaptando as suas estruturas físicas e programáticas, suas metodologias, tecnologias, e capacitando continuamente seus professores e funcionários.

As escolas inclusivas devem oferecer todos os suportes aos alunos com NEE e aos professores, no entendimento que a escola deve dar às diferenças e necessidades individuais de aluno que reflecte a diversidade humana presente numa sociedade educacional. Por isso que a exclusão social, que é a privação de acesso, a direitos sociais, deve ser combatida através da escola inclusiva, que é aquela que congrega alunos sem necessidades especiais alunos com NEE.

É de referir ainda que segundo Aiscow (1995), a educação inclusiva implica num processo contínuo de melhoria da escola com fim de utilizar todos os recursos humanos possíveis, especialmente os recursos humanos para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos, no seio de uma sociedade.

Desta forma a educação inclusiva tem como objectivo a reestruturação das instituições de forma à responderem às necessidades de todas as crianças.

Aiscow (1995), acredita que esta mudança baseia em mudanças metodológicas e organizacionais que tem por objectivo beneficiar os alunos com NEE e estes irão de igual modo beneficiar outros alunos.

As escolas inclusivas foram apresentadas pela UNESCO, na Declaração de Salamanca, visto que estas escolas defendiam que:

A inclusão é mais do que integrar no ensino regular, as crianças com Necessidades Educativas Especiais, que estavam excluídas, mas sim trata-se de uma escola que inclua todas as crianças em idade escolar independentemente das suas condições físicas, sociais, linguística, entre outras deficiências, de modo que possam evitar a exclusão dessas crianças, mas sim procurando criar oportunidades de aprendizagem bem sucedida para todos, graças a diferenciação de estratégias que se impuseram.

A escola inclusiva deve ser democrática na sua essência, mas também deve ser um espaço onde todas as crianças possam gozar de uma educação adaptada às suas especialidades com vista a melhor preparação académica. Neste domínio as escolas inclusivas devem reconhecer e procurar formas ou estratégias para responderem às diversas necessidades dos seus alunos de modo a assegurar uma educação de qualidade para todos.

1.5. Conceito de Necessidades Educativas Especiais

Tradicionalmente crianças que apresentavam qualquer limitação eram vistas de forma negativa e até desprezadas. Mas em 1978 o termo Necessidades Educativas Especiais começou a ser definido no Relatório Warnock, apresentado ao parlamento do Reino Unido, pela Secretaria do Estado para a Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a Secretaria do Estado para os Países de Gales.

A partir dali, os portadores de deficiência passaram a ser vistos numa abordagem mais positiva, ou seja, essas crianças que apresentavam limitações eram utilizadas termos desagradáveis, como: diminuídos, excepcionais, débil, incapacitados etc.

O termo Necessidades Educativas Especiais só foi adaptado e redefinido em 1994 na Declaração da Salamanca (UNESCO, 1994).

Neste contexto NEE: “são designadas a todas as crianças ou jovens cujas necessidades educativas se relacionam com dificuldades ou deficiências escolares e consequentemente, tem NEE em algum momento da sua vida escolar” (ONU 1994, p.15). Nesse documento inclui todas as crianças desfavorecidas ou seja as que estavam em desvantagens, como por exemplo crianças em situações de risco, as chamadas superdotadas, crianças de rua, as que trabalham nas populações remotas, crianças pertencentes a minorias étnicas, etc.

Desta forma, a criança com NEE vai exigir mais dedicação, colaboração e atenção dos profissionais (professores, auxiliares, terapeutas, profissionais de saúde etc. bem como as instituições e a sociedade.

Correia (1999), afirma que o termo NEE possui um carácter social e educacional na medida em que veio responder à progressiva democratização das sociedades apostando na filosofia da inclusão e proporcionando uma igualdade de direito e também defende principalmente a não discriminação por razões de raça, religião, opinião ou ainda as características intelectuais, físicas a todas as crianças e jovens em idade escolar.

Ainda Brennan (1988, cit. por Miranda, 1999) entende que “há uma necessidade educativa especial quando um problema físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas que afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial adaptados para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade educativa pode classificar-se de ligeira a

severa e pode ser permanente ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento” (p.36).

Segundo (Correia, 2003) crianças com NEE são aquelas que, por exibirem determinadas condições específicas, podem necessitar de apoios de serviços da educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e sócio-emocional.

O Livro de Branco para a reforma do sistema educativo, Segundo Madrid (1989) citado por Bautista et al. (1997) diz sobre o termo necessidades educativas especiais o seguinte “Partindo da premissa de que todos precisam, ao longo da escolaridade as diversas ajudas pedagógicas de tipo humano, técnico ou material, com o objectivo de assegurar a consecução dos fins gerais da educação, as necessidades educativas especiais são previstas para aqueles alunos que, para além disso e de forma complementar, possam necessitar de outro tipo de ajudas menos usuais. Dizer que um determinado aluno apresenta necessidades educativas especiais é uma forma de dizer que para conseguir atingir os fins da educação, ele precisa de usufruir de determinados serviços ou ajudas pedagógicas. Desta forma, uma necessidade educativa define-se tendo em conta aquilo que é essencial para a consecução dos objectivos da educação” (p.10).

Segundo (Giné, 1987 citado por Bautista et al. 1997) O conceito de Necessidades Educativas Especiais está intimamente ligado com as ajudas pedagógicas que os alunos precisam ao longo do seu estado para poder garantir o desenvolvimento pessoal e social.

CAPÍTULO II – Metodologia

2.1. Contextualização do Estudo

A Cidade da Calheta São Miguel situa-se na parte oriental da ilha de Santiago, entre os concelhos de Santa Cruz, ao sul, Tarrafal ao Norte e Santa Catarina a Oeste.

De acordo com os dados do censo da população e habitação de 2000, a população do concelho de São Miguel é de 16104 habitantes. A sua densidade populacional é de 179 habitantes por km², em termos de estruturas etárias, 7781 com menos de 15 anos, 7189 entre 15 e 64 anos e 1134 com mais de 64 anos.

Relativamente a educação no concelho, o ensino pré-escolar contou com 25 jardins, um efectivo de 859 crianças, sob a orientação de duas coordenadoras nomeadas pelo Ministério da Educação e coadjuvadas por uma professora orientadora e 47 monitoras.

Quanto à Cidade da Praia que é a capital do país, está localizada ao sul da ilha de Santiago e confronta-se a Norte e a Nordeste com o Concelho de Santa Catarina, a Este com o Concelho de São Domingos e a sul com o Oceano Atlântico.

A cidade da Praia actualmente ocupa uma área de 578km² e está subdividida em 36 bairros, albergando cerca de 123078 habitantes.

É de salientar que ela tem mais infra-estruturas como por exemplo portos, aeroportos e também nesta cidade concentra-se a sede do Governo, as funções mais importantes do país como por exemplo, a nível religioso, a nível político, etc.

Referente a educação na cidade da Praia, o analfabetismo ocupa-se nove pontos percentuais abaixo da média nacional 16% contra 25%. A cidade da praia albergou a primeira escola primária do arquipélago, denominada de Escola Central, que actualmente é conhecida por Escola Grande.

Quanto ao ensino pré-escolar, segundo os dados do Ministério da Educação (2008), o concelho da Praia tem actualmente 79 jardins-de-infância, (públicos e privados).

2.2. Caracterização do Sistema Educativo Cabo-verdiano

O nosso sistema de ensino cabo-verdiano surgiu da necessidade que sentiu de um ensino que melhor se adapta às novas exigências sociais. Dai que a grande finalidade deixa de ser apenas atender a crescente demanda social da educação para passar sobretudo a preocupar-se com a sua qualidade (INE, 2000).

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-Verdiano o nosso Sistema Educativo compreende os subsistemas da Educação Pré-escolar, da Educação Escolar e da Educação Extra-Escolar, complementados por actividades de desporto escolar e os apoios e complementos socioeducativos, numa perspectiva de integração.

Na nossa pesquisa debruçamo-nos no subsistema de educação pré-escolar por estar relacionado com o que realmente queremos estudar. Visto que a educação pré-escolar visa a educação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, e esta faz-se em jardins-de-infância ou em instituições análogas oficialmente reconhecidas.

A educação pré-escolar em Cabo Verde é facultativa e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os quatro anos e a idade de ingresso no ensino básico; mas actualmente foi aprovado uma lei em que as crianças, mesmo não frequentando o ensino pré-escolar têm o direito do ingresso ao ensino básico com seis anos.

O século XX foi considerado como sendo um período de rápida expansão da escolarização básica ou seja da educação pré-escolar. A Educação pré-escolar visa garantir a formação da criança, no sentido de facilitar uma aprendizagem que lhe possa ajudar a ultrapassar dificuldades nos caminhos que irá percorrer na escolaridade básica obrigatória, além disso também ele terá o papel de ser um complemento da educação familiar.

Segundo (Rosenbaun, 1982 citado por Fundação Calouste Gulbenkian 1993) a educação pré-escolar está ligada ao processo de industrialização e aos fenómenos de transformação como a urbanização e rotura das estruturas tradicionais da família em que as mães trabalhavam fora de casa.

De acordo com o artigo 17º da Lei de Bases do Sistema Educativo o objectivo principal da educação pré-escolar:

- Apoiar o desenvolvimento equilibrado das potencialidades da criança;

- Possibilitar á criança a observação e a compreensão do meio que a cerca;
- Contribuir para a estabilidade e segurança afectiva da criança;
- Facilitar o processo de socialização da criança;
- Promover a aprendizagem das línguas oficiais e, de pelo menos, a uma língua estrangeira;
- Favorecer a revelação de características específica da criança e garantir uma eficiente orientação das suas capacidades.

A Educação pré-escolar caracterizava-se em 2000/01 por possuir uma rede de jardins-de-infância disseminada por todos os conselhos do país enquadrando cerca de 19800 crianças. A maioria destas pertencia a faixa etária entre 4-5 anos.

A gestão da educação pré-escolar em Cabo Verde era efectuada para grande maioria das instituições, pelas Câmaras Municipais (55% do total), pela OMCV (16%) pelas organizações religiosas (11%) e pelas entidades privadas (7,5%). As restantes entidades, como as ONGS o ICS e a Cruz Vermelha de Cabo Verde geriam apenas 10,5% do total dos jardins-de-infância.

O Estado apoia também essas iniciativas de acordo com as suas possibilidades. Neste domínio o Estado através do Ministério da Educação e Desporto limita-se apenas á supervisão pedagógica.

2.3. Breve Referencia da Educação Especial em Cabo Verde

Segundo dados do Censo (2000), a população é de 450.000 habitantes aproximadamente, em que 13.948 habitantes são os portadores de deficiência, e na Cidade da Praia existem 2375 indivíduos com deficiência, onde a deficiência motora apresenta maior incidência, 51,5% que equivale a mais de metade do total dos portadores de deficiência a nível do país (INE, 2000).

Nos anos 1983-1992, as Nações Unidas aprovaram as normas sobre a “igualdade de oportunidades para pessoas portadoras de deficiência” (INE, 2000), e nessa mesma época as Nações Unidas declaram como sendo uma época dedicada a camada populacional portadora de deficiência. Esses documentos foram rectificados por Cabo-Verde e que têm por objectivo promover medidas eficazes para prevenção da deficiência sua reabilitação e a participação em igualdade de oportunidades na vida social e económica dos pais.

Nesta óptica surgiram várias instituições governamentais e não governamentais que vêm desenvolvendo diversas actividades, com o intuito de informar e sensibilizar a sociedade em geral, assim como na reabilitação e integração social desta camada social tão vulnerável. Contudo existe ainda alguns obstáculos para atingir esses objectivos preconizados, visto que a grande parte ainda não tem acesso a educação, devido a barreiras físicas e sociais, assim como a falta de recursos humanos e materiais que permitam ao portador de deficiência aproveitar do percurso de estudo/aprendizagem; no entanto o resultado dessa situação é o aumento do analfabetismo no seio desta população.

O baixo nível de escolaridade e a falta de formação profissional reinante no seio da população deficiente aumenta o índice de desemprego. Contudo, para os que trabalham são mal renumerados.

Nas zonas urbanas há maior incidência devido a grande concorrência na procura do emprego. Devido a essa situação esses indivíduos passaram a depender do auxílio que é dado pelo Estado.

Segundo (INE, 2000), a integração social dos portadores de deficiência é limitada pela falta de dispositivo de compensação, tais como cadeiras de rodas, muletas, próteses auditivas, bengalas etc.

Em 1975, com a independência de Cabo-Verde, houve uma preocupação no que se refere a população portadora de deficiência, por parte dos governantes em relação a identidade, protecção e a integração social desses indivíduos levando em consideração as exigências mundiais. Neste domínio o Governo, as associações e ONG's participaram nas várias iniciativas internacionais, visando a saúde, reabilitação, educação especial, formação profissional e a integração social.

Em 1990 Radda Barnen (Organização Sueca) e o Governo de Cabo-Verde assinaram um protocolo para “defender a integração social e autónomo do deficiente” no programa nacional de reabilitação com base comunitária, destinados a crianças e jovens deficientes dos 0 aos 18 anos (INE, 2000).

Apesar das grandes limitações a nível material, humanos e infra-estruturas, Cabo-Verde tomou varias medidas legislativas no que tange a problemática da deficiência.

Em 1993,surgiu a associação dos deficientes visuais (ADEVIC), em 1994 a associação Cabo-Verdiana dos deficientes (ACD) e em 1997surge a associação de Apoio a Integração e Desenvolvimento da criança com Deficiência (AADICD).

Em 1996, o Governo com vista a apoiar as actividades dessas associações representativas dos portadores de deficiência, criou um Decreto-lei nº1/2/96, o qual estabelece um subsídio anual de 300.000 escudos.

No ano 2000,foi criada a Lei de base da prevenção, e reabilitação e integração de pessoas portadoras de deficiência, Lei nº122/V/2000, de 12 de Junho, com o objectivo de assegurar esses indivíduos a igualdade de direitos e oportunidades e uma participação plena na vida activa na sociedade.

2.4. Procedimentos Metodológicos

Decidimos utilizar a metodologia quantitativa, pois pretendemos, alargar o nosso estudo com aplicação de questionários, porque pensamos que desta forma podemos ter uma amostra mais representativa, o que nos permitirá analisar maior quantidade de informações. Segundo Bogdan & Biklen (1994) entre os vários instrumentos usados para recolha de dados, os questionários são provavelmente um dos instrumentos mais usados a nível mundial, para inquirir pessoas.

Os questionários são utilizados para analisar factos relacionados com um fenómeno social, onde se pode obter dados através das informações solicitadas ao sujeito. Nesta presente pesquisa foi feito um estudo de duas realidades diferentes entre as monitoras da Cidade da Praia e da Cidade da Calheta que trabalham com as crianças com Necessidades Educativas Especiais o objectivo deste estudo é analisar a percepção das monitoras sobre a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais

Com a finalidade de podermos obter respostas fiáveis, tivemos o cuidado de utilizar uma linguagem simples para ser compreendida por todos os sujeitos da investigação. Na elaboração do questionário passamos por várias fases. Após a elaboração do instrumento de recolha de dados o mesmo foi submetido a um pré-teste, com o intuito de perceber se o instrumento é adequado à população alvo. Nesta fase aplicámos o questionário a três monitoras do concelho de Santa Cruz e São Domingos. Após a análise dos resultados desta fase concluímos que algumas questões não estavam a ser compreendidas da mesma forma por todos os sujeitos o que nos levou a reformular estas questões. Assim, após estas alterações o questionário foi finalmente aprovado e distribuído no período compreendido entre 14 de Abril a 18 de Maio de 2010. Salientamos que os sujeitos que participaram na fase de pré-teste não fizeram parte da amostra do nosso estudo.

O questionário foi aplicado a oito Jardins-de-Infância da Cidade da Praia, e quatro Jardins-de-Infância da Cidade da Calheta de São Miguel. Antes da aplicação foi enviado aos jardins seleccionados a participarem na pesquisa, um pedido de autorização às Directoras para a recolha de dados. Os dados foram recolhidos de 20 de Maio a 10 de Junho de 2010. Distribuímos 53 (cinquenta e três questionários) recebemos 35 (trinta e cinco). Os dados recolhidos foram tratados através do programa informático Microsoft Excel versão 2007. Para as questões abertas optamos pela análise de conteúdo.

2.5. Instrumento de Recolha de Dados

Os instrumentos que utilizamos para a recolha de dados nesta investigação são o questionário. O questionário utilizado tem 23 (vinte e três) questões, sendo algumas abertas em que os inqueridos podiam apresentar a sua opinião sem limitações, baseando no seu conhecimento e na realidade vivida nos respectivos jardins-de-infância. Relativamente às questões abertas, elas foram feitas de maneira que nos permitissem conhecer determinados ângulos de uma forma bem aprofundada, em função da recolha dos dados. Contudo, foram incluídas questões fechadas de respostas sim/não.

Tivemos ainda o cuidado de alertar os participantes sobre o anonimato do nosso questionário e a confidencialidade dos dados, a fim de permitir o preenchimento sem receios por parte dos inqueridos, possibilitando assim maior liberdade no preenchimento do questionário.

O questionário está subdividido em quatro partes. Na primeira incluímos questões que nos permite caracterizar os nossos inqueridos através de questões sobre género, nível de escolaridade. Na segunda, queríamos ter informações sobre a participação das monitoras na formação sobre Necessidades Educativas Especiais, as instituições que promoveram essa formação, o tempo que demorou a formação. A terceira parte foi reservada à recolha de informações das monitoras sobre a preparação dos jardins para acolherem crianças com Necessidades Educativas Especiais, sobre a existência ou não de crianças com NEE no jardim, tipo de limitações apresentadas pelas crianças incluídas e o acompanhamento destas crianças nos jardins-de-infância da Cidade da Praia e da Cidade da Calheta de São Miguel. Na quarta parte pretendemos recolher informações das monitoras sobre as dificuldades enfrentadas ao trabalharem com crianças com Necessidades Educativas Especiais, também se as actividades planificadas vão de encontro com as necessidades dessas crianças, queríamos conhecer as dificuldades apresentadas por estas crianças durante as actividades, do relacionamento entre as crianças com NEE e as ditas normais, e também dos obstáculos que dificultam a inclusão dessas crianças. Finalmente Queríamos saber se os jardins-de-infância estão dotados de materiais específicos e equipamentos especializados para as crianças com Necessidades Educativas Especiais e também se as monitoras concordam ou não com a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais nos jardins-de-infância da Cidade da Praia e da Cidade da Calheta de São Miguel.

CAPÍTULO III – Apresentação e Análise dos Resultados

A análise de dados tem como objectivo organizar e sumarizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas do problema, proposto pela investigação (Minayo, 1994).

3.1. Caracterização da Amostra

Quanto à amostra, foram abrangidas as monitoras da Cidade da Praia e da Cidade da Calheta.

Para a realização deste estudo aplicamos o método quantitativo. Aplicamos o questionário às monitoras da Cidade da Praia e da Cidade da Calheta de São Miguel. Distribuímos 53 questionários, recebemos 35 questionários e a nossa amostra ficou constituída por 35 monitoras.

Quadro 1-Género

Género	Frequência	%
Feminino	35	100,00
Total	35	100,00

Baseando nos dados do Quadro 1, constatamos que todas os participantes que fizeram parte deste estudo são do género feminino.

Quadro 2 – Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	Frequência	%
Instituto Pedagógico	4	11,42
12º Ano	13	37,14
10º Ano	7	20,00
Outro	7	20,00
Anulado	4	11,42
N/S N/R	1	2,85
Total	35	100,00

Constatamos no Quadro 2, que 11,42% das monitoras que participaram na amostra deste estudo, têm o curso do Instituto Pedagógico, 37,14% 12ºAno, 20% 10ºAno e 20% têm outro nível de escolaridade. E para outro referem-se a licenciatura e 9ºAno. De referir que 11,42% das questões foram anuladas porque as inqueridas não seguiram as instruções de preenchimento e 2,85% das inqueridas não sabem ou não responderam a questão.

3.2. Resultados

Quadro 3-Participação na formação sobre NEE

Participação	Frequência	%
Sim	27	77,14
Não	8	22,85
Total	35	100,00

De acordo com o Quadro 3, verificamos que 77,14% das monitoras que fizeram parte desta amostra já participaram na formação sobre Necessidades Educativas Especiais, e 22,85% afirmaram que nunca participaram numa formação sobre Necessidades Educativas Especiais.

Quadro 4- Frequência de participação na formação

Nº de vezes	Frequência	%
Uma vez	14	40,00
Duas vezes	8	22,85
Outro	5	14,28
Anulado	4	11,42
N/S N/R	4	11,42
Total	35	100,00

Pelos dados do Quadro 4, constatamos que a maioria das monitoras já participaram na formação sobre Necessidades Educativas Especiais uma vez, 22,85% duas vezes e 14,28 apresentaram outra frequência participação e referiam a muitas vezes e 6 vezes. De salientar que 11,42% das questões foram anuladas porque as monitoras não seguiram as instruções de preenchimento e 11,42% das inqueridas não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5-Gostaria de participar na formação sobre NEE

Gostaria de participar	Frequência	%
Sim	10	28,57
Não	1	2,86
Anulado	5	14,29
N/S N/R	19	54,29
Total	35	100,00

Analisando o Quadro 5, verificamos que das monitoras que fizeram parte desta amostra 28,57% afirmaram que gostariam de participar na formação sobre NEE, e 2,86% afirmaram que não gostariam de participar na acção de formação sobre NEE. Contudo, 14,29% das questões foram anuladas por motivo do não cumprimento das instruções de preenchimento e 54,29% das inqueridas que fizeram parte da amostra não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 6- Instituição que promoveu a formação

Instituições	Frequência	%
Ministério da Educação	19	51,35
Direcção de jardim	4	10,81
Câmara Municipal	7	18,92
N/S N/R	7	18,92
Total	37	100,00

De acordo com o Quadro 6, constatamos que 51,35% das formações sobre NEE foram organizadas pelo Ministério da Educação, 10,81% pela Direcção do Jardim e 18,92% pela Câmara Municipal. De referir que 18,92% das inqueridas que fizeram parte desta amostra não sabem ou não responderam a questão.

Quadro7 - Duração da Formação

Duração	Frequência	%
2 Dias	4	10,80
3 Dias	5	13,51
4 Dias	1	2,70
1 Semana	16	43,24
5 Meses	5	13,51
N/S N/R	6	16,22
Total	37	100,00

Constatamos no Quadro 7, que 43,24% das formações demoraram uma semana, 13,51% respectivamente a cinco meses e três dias 10,80% dois dias e 2,70% dois dias. Contudo, 16,22% das inqueridas que fizeram parte da amostra não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 8 - Preparação para trabalhar com crianças com NEE

Preparação	Frequência	%
Sim	19	54,29
Não	16	45,71
Total	35	100,00

Pelos dados do Quadro 8, verificamos que 54,29% das monitoras que fizeram parte deste estudo consideram que estão preparadas para trabalharem com crianças com NEE, e 45,71% afirmaram que não estão preparadas.

Quadro 9- Justificação da preparação das monitoras

Justificação do Sim	Frequência	%
Colocar em prática aquilo que apreendeu na formação	6	31,58
Bom aproveitamento durante a formação	4	21,05
Tenho experiência na área	5	26,32
Formação adequado	4	21,05
Total	19	100,00

De acordo com os dados do Quadro 9, constatamos que das inquiridas que afirmaram que estão preparadas para trabalharem com crianças com NEE, 31,58% justificam que estão preparadas porque irão colocar em prática aquilo que aprenderam durante a formação, 26,32% justificam que já tiveram alguma experiência na área de NEE e 21,05%, respectivamente, justificam que tiveram bom aproveitamento durante a formação e formação adequado.

Quadro 10 – Justificação da não preparação das monitoras

Justificação do não	Frequência	%
Formação inadequada	9	56,25
Precisam de mais formação	4	25,00
Jardim tem falta de espaço	1	18,75
Tenho muito que apreender	3	18,75
Total	16	100,00

Analisando o Quadro 10, verificamos que 56,25% das monitoras que consideram que não estão preparadas para trabalharem com crianças com NEE justificam que tem formação inadequada, 25% que precisam de mais formação e 18,75%, respectivamente, consideram que o jardim tem a falta espaço e ainda consideram que têm muito que aprender muita coisa.

Quadro 11 – Preparação do Jardins para receberem crianças com NEE

Preparação do jardim	Frequência	%
Sim	13	37,14
Não	22	62,86
Total	35	100,00

Pelos dados do Quadro 11, constatamos que 62,86% das monitoras que fizeram parte da amostra justificam, que os seus jardins estão preparados para receberem crianças com NEE, e 37,14% têm opinião contrária.

Quadro 12 – Justificação da não preparação do jardim

Justificação do não	Frequência	%
Falta de recursos materiais/humanos	10	45,45
Formação inadequado	10	45,45
O Jardim não oferece condições	2	9,09
Total	22	100,00

Baseando no Quadro 12, verificamos que 45,45% das monitoras que participaram na amostra consideram que os jardins não estão preparados para acolherem crianças com NEE por motivo da falta de recursos materiais/humanos, 9,09% argumentaram que o jardim não oferece condições.

Quadro 13 – Existência de crianças com NEE nos jardins-de-infância

Existência de crianças com NEE	Frequência	%
Sim	27	77,14
Não	8	22,86
Total	35	100,00

Constatamos no Quadro 13, que pela opinião de 77,14% das inquiridas existem crianças com NEE nos seus jardins e em 22,86% dos jardins não existem crianças com NEE.

Quadro 14 – Número de crianças com NEE existentes nos jardins

N° de crianças	Frequência	%
Uma	19	54,29
Duas	9	25,71
N/S N/R	7	20,00
Total	35	100,00

De acordo com os dados do Quadro 14, verificamos que 54,29% das monitoras são de opinião que nos seus jardins existe uma criança com NEE e 25,71% afirmaram que existem duas crianças nos respectivos estabelecimentos de ensino.

Quadro 15 – Tipos de NEE apresentadas pelas crianças incluídas

Tipo de NEE	Frequência	%
Deficiência visual	8	22,86
Deficiência motora	12	34,29
Paralisia cerebral	7	20,00
Outro	6	17,14
Anulado	2	5,71
Total	35	100,00

Analisando o Quadro 15, segundo a opinião das nossas inquiridas 34,29 % das crianças com NEE, integradas nos jardins desta amostra têm deficiência motora, 22,86 % têm deficiência visual e 20% têm a paralisia cerebral e 17,14% das inquiridas referem a outro tipo de NEE. Para outro referem a Síndrome de Down e dificuldades comportamentais. Contudo, 5,71% das questões foram anuladas porque as monitoras não seguiram as instruções de preenchimento.

Quadro 16- Acompanhamento da criança com NEE no jardim

Acompanhamento das crianças	Frequência	%
Sim	14	40,00
Não	13	37,10
Anulado	2	5,70
N/S N/R	6	17,10
Total	35	100,00

Pelos dados do Quadro 16, verificamos que a maioria das crianças com NEE integradas nos jardins-de-infânciaa deste estudo são acompanhadas por especialistas, 40%, mas 37,10% das crianças com NEE não têm nenhum acompanhamento. De referir que 17,10% das inqueridas não sabem ou não responderam a questão e 5,70% das questões foram anuladas porque as monitoras não seguiram as instruções do preenchimento.

Quadro 17- Especialistas que acompanham as crianças

Especialista que acompanham	Frequências	%
Psicólogo	6	17,10
Sociólogo	1	2,90
Terapeutas	4	11,40
Anulado	2	5,70
N/S N/R	16	45,70
Outro	6	17,10
Total	35	100,00

Verificamos no Quadro 17, que 17,10% das crianças com NEE integradas nos jardins de Infância da Cidade da Praia os da Calheta são acompanhadas pelos psicólogos, 11,40% são acompanhadas pelos terapeutas, 2,90% pelos sociólogos e 5,70% foram anuladas porque as inqueridas não seguiram as instruções de preenchimento.

Quadro 18- Frequência do acompanhamento das crianças

Nº de vezes	Frequência	%
2 Vezes por semana	9	25,70
1 Vez por mês	11	31,40
1 Vez por ano	3	8,60
Anulado	1	2,90
N/S N/R	11	31,40
Total	35	100,00

Baseando no Quadro 18, constatamos que 31,4% das monitoras afirmam que as crianças integradas nos jardins são acompanhadas uma vez por mês, 25,70% duas vezes por semana, e 8,60% uma vez por ano. De referir que 31,40% das monitoras que fizeram parte da amostra não sabem ou não responderam a questão e 2,90 das questões foram anuladas porque as inqueridas não seguiram as instruções do preenchimento.

Quadro 19- Dificuldades em trabalhar com crianças com NEE

Dificuldades em trabalhar com crianças	Frequência	%
Sim	16	45,70
Não	13	37,10
Anulado	3	8,60
N/S N/R	3	8,60
Total	35	100,00

De acordo com o Quadro 19 verificamos que 45,70% das nossas inqueridas consideram que têm dificuldades em trabalhar com crianças com NEE e 37,10% são de opinião que não têm dificuldades em trabalhar com as crianças com NEE. Contudo, respectivamente, 8,60% das questões foram anuladas porque as inqueridas não seguiram as instruções de preenchimento e não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 20 – Justificação da dificuldade em trabalhar com crianças com NEE.

Justificação do sim	Frequência	%
Formação inadequado	13	81,25
Espaço inapropriado	2	12,50
Essas crianças precisam de mais atenção	1	6,25
Total	16	100,00

Analisando o Quadro 20, constatamos que 81,25% das monitoras que participaram nesta amostra justificam que tem dificuldades para trabalharem com alunos com Necessidades Educativas Especiais porque têm formação inadequada, 12,50% espaço do jardim é inapropriado e 6,25% justificam que essas crianças precisam de mais atenção.

Quadro 21-Justificação de nenhuma dificuldade para trabalhar com crianças com NEE

Justificação do não	Frequência	%
Formação adequada	7	53,80
Tenho habilidades e aptidões para lidar com elas	5	38,50
Basta ter a força de vontade e paciência	1	7,70
Total	13	100,00

Segundo a análise do Quadro 21, verificamos que 53,80% das nossas inqueridas justificaram que não têm dificuldades para trabalharem com alunos com Necessidades Educativas Especiais porque têm formação adequada, 38,50% que têm habilidades e aptidões para lidar com elas, e 7,70% consideram que é necessário apenas ter força de vontade e paciência.

Quadro 22- Adequação das actividades curriculares

Adequação das actividades curriculares	Frequência	%
Sim	18	51,40
Não	5	14,30
Anulado	1	2,90
N/S N/R	11	31,40
Total	35	100,00

Analizando o Quadro 22 constatamos que, 51,40% das nossas inqueridas são de opinião que as actividades planificadas nos seus jardins vão ao encontro das crianças com NEE e 14,30% das inqueridas têm opiniões contrárias. De referir que 31,40% das nossas inqueridas não sabem ou não responderam a questão e 2,90% das opiniões foram anuladas porque as monitoras não seguiram as instruções de preenchimento.

Quadro 23-Justificação da não adequação das actividades curriculares

Justificação do não	Frequência	%
Materiais e equipamentos inadequados	3	60,00
Anulado	1	20,00
N/S N/R	1	20,00
Total	5	100,00

Baseando no Quadro 23 verificamos que 60% das monitoras justificam que as actividades curriculares não são adequadas porque os jardins têm materiais e equipamentos inadequados. Contudo, respectivamente 20% das questões foram anuladas porque as participantes do estudo não seguiram as instruções de preenchimento e 20% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 24 -Dificuldades apresentadas pelas crianças com NEE durante as actividades

Dificuldades apresentadas por estas durante as actividades	Frequência	%
Dificuldade de fala	17	45,90
Dificuldade de socialização	7	18,90
Problemas emocionais	5	13,50
Outro	1	2,70
N/S N/R	7	18,90
Total	37	100,00

De acordo com o Quadro24, constatamos que 45,90% das inqueridas consideram que as dificuldades apresentadas por estas crianças durante as actividades estão relacionadas com a fala, 18,90% dificuldades de socialização, 13,50% problemas emocionais, e 2,70% referem a outras dificuldades. Para outro tipo de dificuldades referem-se a dificuldade de audição, e visão. Contudo, 18,90% das nossas inqueridas não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 25- Participação das crianças com NEE nas actividades planificadas no jardim

Participação das crianças nas actividades	Frequência	%
Sempre	10	28,57
Às vezes	12	34,29
Nunca	2	5,71
Anulado	2	5,71
N/S N/R	9	25,71
Total	35	100,00

Verificamos no Quadro 25, que 34,29 das inqueridas são da opinião, que as crianças com NEE participam às vezes nas actividades planificadas no jardim, 28,57% participam sempre em todas as actividades planificadas no jardim e 5,71% são de opinião que estas crianças nunca participaram nas actividades planificadas no jardim. Contudo, 25,71% das nossas inqueridas não sabem ou não responderam a questão, e 5,71% das questões foram anuladas porque as monitoras não seguirão as instruções de preenchimento.

Quadro 26 - Relacionamento entre as crianças

Relacionamento entre crianças	Frequência	%
Relacionamento muito difícil	4	11,40
Relacionamento difícil	8	22,86
Relacionamento suficiente	5	14,29
Relacionamento bom	10	28,60
N/S N/R	5	14,30
Anulado	3	8,60
Total	35	100,00

De acordo com o Quadro 26 constatamos que 28,60% das nossas inquiridas consideram que existe bom relacionamento entre as crianças “ditas normais” e as crianças com NEE, 22,86% consideram que existe relacionamento difícil, 14,30% relacionamento suficiente e 11,40% consideram que existe um relacionamento muito difícil. É de referir que 14,30% das inqueridas não sabem ou não responderam a questão e 8,60% das questões foram anuladas porque as monitoras desta amostra não seguiram as instruções de preenchimento.

Quadro 27- Existência de materiais /equipamentos especializados para as crianças com NEE

Existem materiais /equipamentos	Frequência	%
Sim	1	2,90
Não	29	82,90
N/S N/R	5	14,30
Total	35	100,00

Constatamos no Quadro 27 que 82,90% das inqueridas são da opinião que não existem materiais equipamentos especializados para as crianças com NEE nos seus jardins e 2,90% têm opiniões contrárias. Contudo 14,30% das inqueridas não sabem ou não responderam as questões feitas.

Quadro 28-Obstáculos na inclusão das crianças com NEE

Obstáculos na inclusão	Frequência	%
Falta de materiais/ equipamentos	24	58,50
Formação inadequada das monitoras	12	29,30
Outro	2	4,90
N/S N/R	3	7,30
Total	41	100,00

No que tange aos obstáculos para a inclusão das crianças com NEE nos jardins-de-infância 58,50% das monitoras desta amostra consideram que a falta de materiais/equipamentos, 29,30 % formação inadequada das monitoras, 4,90 % referem-se a outros obstáculos e referem a preconceito das monitoras. De referir que 7,30 % das inqueridas não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 29 – Os jardins-de-infância da Cidade onde trabalha estão preparados para acolherem crianças com NEE

Preparação dos jardins	Frequência	%
Sim	8	22,90
Não	24	68,60
Anulado	1	2,90
N/S N/R	2	5,70
Total	35	100,00

Segundo os dados do Quadro 29, constatamos que 68,60 % das inqueridas consideram que os jardins não estão preparados para acolherem crianças com NEE e 22,90% têm opiniões contrárias. Contudo, 2,90 % das questões foram anuladas porque as inqueridas não seguiram as instruções de preenchimento e 5,70 % das inqueridas não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 30- Justificação da preparação dos jardins onde trabalha

Justificação do Sim	Frequência	%
Formação adequada das monitoras	4	50,00
Depende de tipo de NEE	4	50,00
Total	8	100,00

Analisando o Quadro 30, constatamos que 50% das inqueridas que fizeram parte desta amostra justificam que os jardins estão preparados para acolherem crianças com NEE devido a formação adequada e 50% justificam que depende do tipo de NEE.

Quadro 31- Justificação da não preparação dos jardins onde trabalha

Justificação do Não	Frequência	%
Materiais inadequados	7	29,17
Falta de espaço	6	25,00
As monitoras têm formação inadequadas	6	25,00
N/S N/R	5	20,83
Total	24	100,00

Relativamente ao Quadro 31, verificamos que 29,17% das inqueridas justificaram que os jardins não estão preparados para acolherem crianças com NEE porque não têm materiais inadequados, 25%, respectivamente, por falta de espaço e formação inadequada das monitoras. De referir que 20,83% das inqueridas não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 32- Sugestões sobre a inclusão das crianças com NEE nos jardins

Sugestões sobre a integração das crianças com NEE nos Jardins	Frequência	%
Dar mais oportunidade	9	25,71
Capacitação das monitoras	2	5,71
Dar mais formação aos pais	3	8,57
Mais intervenção do Governo	5	14,29
Criar mais condições	8	22,86
N/S N/R	8	22,86
Total	35	100,00

Pelos dados do Quadro 32, constatamos que 25,71% das inqueridas sugerem que é preciso dar mais oportunidade, 22,86% sugerem que é necessário criar condições, 14,29% são da opinião que é preciso mais intervenção do Governo, 8,57% sugere que é preciso dar mais formação aos pais e 5,71% sugerem a capacitação das monitoras. De referir que 22,86 % dos inqueridos não sabem ou não responderam a questão.

3.3. Discussão dos Resultados

Verificamos que todos os sujeitos desta investigação são do sexo feminino. Supomos que isto poderá também estar relacionado com alguma “mentalidade” existente em Cabo Verde no acompanhamento das crianças, em que é uma tarefa quase que exclusiva do género feminino. Até porque o nosso curso de licenciatura retrata isso, apenas houve três rapazes a frequentarem o curso.

Relativamente à participação das monitoras na formação sobre Necessidades Educativas Especiais constatamos que a maioria já participou na formação. Contudo, consideramos que é uma boa iniciativa neste domínio, mas entendemos que ainda não são suficientes porque foram formações ministradas num curto espaço de tempo, isto é, foram formações de três dias, uma semana, etc. Como sabemos no mundo actual a formação é muito importante em todos os aspectos. Neste particular reveste de grande importância porque as monitoras trabalham com crianças com Necessidades Educativas Especiais é necessário estarem capacitadas para responderem às reais necessidades destas crianças. É neste sentido que Correia (1999), afirmou que “sem a formação necessária para responder as necessidades educativas destas crianças, não conhecimento muitas vezes a natureza dos seus problemas e as implicações que têm no seu processo educativo, os professores do ensino regular não lhes podem prestar o apoio adequado” (p. 20). Ainda relacionado com as formações das monitoras que consideramos insuficientes, elas afirmam que não sentem bem preparadas para trabalharem com crianças com Necessidades Educativas Especiais e são de opinião que devem ter formações por um período mais intenso, melhores condições no que diz respeito aos materiais específicos, equipamentos especializados e melhores espaços.

Quanto ao tipo deficiência, pela opinião dos participantes existem crianças com deficiência motora, paralisia cerebral, deficiência visual e Síndrome de Down, etc.

A maioria dessas crianças incluídas nos jardins-de-infância do nosso estudo é acompanhada pelos especialistas (psicólogo e terapeuta). O acompanhamento por vários especialistas traz um benefício maior a estas crianças, visto que de acordo com (Correia, 1999), os mesmos estarão em melhores condições para prestarem apoios valiosos, de acordo com as suas especialidades de forma a responderem às necessidades das crianças com Necessidades Educativas Especiais. Ainda afirma que esse tipo de acompanhamento terá benefícios para as pessoas que as educam, isto é, permite uma ampliação de conhecimentos dos indivíduos que trabalham nos jardins onde há crianças com Necessidades Educativas Especiais, e consequentemente, melhora também a sua capacidade de agir frente destas crianças.

Constatamos que as monitoras dos jardins que fizeram parte do nosso estudo defendem que os próprios jardins não se encontram preparados para acolherem crianças com Necessidades Educativas Especiais, devido a falta de equipamentos, materiais adequados, insuficiência de espaço etc. Neste sentido (Niza, 1996), afirma que os jardins devem reconhecer e satisfazer as necessidades dos seus alunos adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem de modo de a garantir um nível de educação para todos através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades etc.

Segundo as opiniões das inqueridas, as actividades realizadas nos jardins-de-infância da Praia e Calheta vão de encontro as necessidades das crianças com que eles trabalham e que a maioria delas participam nessas actividades, o que faz com que as monitoras sintirem felizes e cada vez mais interessadas a enriquecerem as suas capacidades e poderem responder cada vez mais as necessidades das crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Relativamente aos obstáculos que dificultam a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais, a maioria das monitoras justificaram que a falta de materiais equipamentos, a formação inadequada das monitoras, são os principais obstáculos nos jardins-de-infância da Cidade da praia e Cidade da Calheta São Miguel.

No que se refere as sugestões sobre a inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais nos jardins que fazem parte do nosso estudo a maioria das inqueridas è da opinião que è preciso mais formações nas áreas de Necessidades Educativas Especiais, è necessário a intervenção do Governo, que haja a disponibilidade de materiais específicos, e equipamentos especializados.

CAPÍTULO IV - Conclusões, Limitações e Recomendações

4.1. Conclusões

Após a análise dos dados concluímos que:

- As monitoras dos jardins que fizeram parte do nosso estudo não têm uma formação específica para trabalharem com crianças com Necessidades Educativas Especiais;
- Há uma insuficiência dos materiais didáticos específicos;
- As monitoras estão sensibilizadas quanto à inclusão e escolarização das crianças com Necessidades Educativas Especiais, mas necessitam de melhor capacitação as necessidades apresentadas por estas crianças.

Conseguimos atingir os nossos objectivos preconizados para este estudo. No que tange às hipóteses os dados confirmam a hipóteses. Contudo, em, relação a hipótese 1, há necessidade de maior quantidade de informação para a sua confirmação.

4.2. Limitações

Durante a realização deste estudo tivemos alguns constrangimentos que dificultaram a realização da mesma, com destaque para:

- Falta de bibliografias específicas sobre o tema;
- Dificuldades no preenchimento dos questionários o que levou a anulação de várias questões, diminuindo a amostra nestas questões;
- A não devolução de alguns questionários o que limitou a amostra do estudo;
- A recusa da direcção de alguns jardins das monitoras participarem no estudo.

4.3. Recomendações

Face as limitações encontradas na realização deste estudo, gostaríamos de deixar as seguintes sugestões para próximos estudos:

Entrega e recolha do questionário no momento;

Munir os jardins-de-infância de materiais didácticos pedagógicos necessários de modo a facilitar o conhecimento e o manuseamento às crianças;

Alargar a formação a todas as monitoras, com maior duração, no sentido de enriquecer o conhecimento e também de melhorar as suas capacidades de actuação junto das crianças com Necessidades Educativas Especiais;

Munir os jardins-de-infância de equipamentos adequados de modo a facilitar uma melhor estadia e vivência das crianças com Necessidades Educativas Especiais, e também das monitoras dentro dos referidos jardins;

Reduzir, o número de crianças nas salas de actividades, de modo a facilitar a atenção por parte das monitoras e também de facilitar o ensino e a aprendizagem das crianças com Necessidades Educativas Especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bautista, R. (1997). Necessidades educativas especiais. Lisboa: Dinalivro.
- Bogdan, R & Biklen, S.K (1994). Investigação Quantitativa em Educação Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto Editora.
- Carvalho, M. A. (1998). O Ensino Básico Integrado, Instituto Pedagógico de Cabo Verde, Caderno 2.
- Correia, L.M. (1997). Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (1999). Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares, colecção educação especial, Porto Editora.
- Correia (2008). Inclusão e necessidades educativas especiais um guia para educadores e professores. Porto: Porto Editora.
- Fundação Calouste Gulbenkian. (1993). Encontro sobre Educação Pré-Escolar Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Instituto Nacional de Estatística. (2000) Recenseamento Geral da População e Habitação INE (2000). População deficiente. Praia: Instituto Nacional de Estatística.
- Júnior, R. B (2004). Portadoras de necessidades educativas especiais. As principais prerrogativas de necessidades especiais e a legislação Brasileira. Editora. ARX. São Paulo.
- Minayo, M.N. (1994). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. São Paulo
- Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos (PNA) 2002. Plano Nacional de Acção Para Todos. Praia: Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos.
- Niza, S. (1996). Necessidades educativas especiais: da exclusão à inclusão na escola comum, Inovação nº9 (1 e 2). PP. 139- 149.
- UNESCO. (1994). Conferencia Mundial sobre as necessidades educativas especiais. Acesso e qualidade de educação.
- Warnok Report (1978). Report of the committee of Enquiry in to the Education of handicapped children and young People. London: Her Magessty s Stationery office.

SITOGRAFIA

GRANDE R. Inclusão: Privilegio de conviver com a diferença. Acedido em 2009 Março 14, de [www. Portal síndrome de down. Com](http://www.Portal síndrome de down. Com).

[www. google. Com\(2010\).Wikipedia.org/wiki/praias- Cabo-Verde](http://www.google.Com(2010).Wikipedia.org/wiki/praias-Cabo-Verde).Acedido a 6 de Abril 2010.

DOCUMENTO OFICIAL

Decreto Legislativo n.º 2/2010 de 7 de Maio. Boletim Oficial n.º 17.I Série (República da Cabo-Verde).

Lei 122/2000, de 12 de Junho. Boletim Oficial n.º 17.I Série (Lei de Bases de Reabilitação e Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência).

In: Delegação do Ministério da Educação e Desporto na Cidade de Calheta São Miguel, no Percurso do ano lectivo 2008/2009.

ANEXOS

Anexo: 1

Ex.mo (a) Sr. (a).

Responsável de Jardim Infantil

Praia, 10 de Janeiro de 2010.

Assunto: “*Pedido de autorização para aplicação de questionários*”

DULCELINA RAMOS estudante do curso de Licenciatura em Educação de Infância, na Universidade de Cabo Verde, pretende levar a cabo um projecto de investigação subordinado ao tema “*A Inclusão das Crianças com Necessidades Educativas Especiais nos Jardins-de-infância: Estudo Comparativo meio Urbano meio Rural*”. Atendendo que o trabalho exige uma parte teórica e um estudo de campo, a aplicação de questionários afigura-se como um dos meios de grande relevância para a recolha de dados.

Sendo assim, a mesma serve desta para solicitar a Vossa Excelência que se digne autorizar-lhe a aplicar questionários no referido jardim de modo a facilitar o trabalho e contribuir de forma plausível para a realização do mesmo e consequentemente o seu sucesso.

Sem mais de momento, queira receber o seu antecipado agradecimento e melhores cumprimentos

Pede Deferimento,

/Dulcelina Ramos/

Anexo: 2



Universidade de Cabo Verde

Departamento das Ciências Sociais e Humanas

Licenciatura em Educação de Infância

Este questionário destina-se às monitoras de infância que trabalham nos concelhos de Praia e Calheta.

O objectivo é recolher informações sobre a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, nos jardins-de-infância, destes concelhos.

O questionário é anónimo e os dados são confidenciais, e servem exclusivamente para a elaboração do presente trabalho.

A Estudante,

– Dulcilina Ramos –

1. Género (assinala com X o seu género)

1.1 Masculino ☐

1.2. Feminino ☐

2. Qual o seu nível de escolaridade? (assinala com X o seu nível de escolaridade)

2.1. Instituto Pedagógico ☐

2.2. 12º Ano ☐

2.3. 10º Ano ☐

2.4. Outro ☐ Indique

qual: _____

3. Já participou nalguma formação para trabalhar com crianças com necessidades educativas especiais? **(assinale com X a sua resposta)**

3.1. Sim ☐

3.2. Não ☐

4. Se sim, quantas vezes? ____ Vez (es). **(uma, duas, três, outras)**

5. Se não, gostaria de participar? **(assinale com X a sua resposta)**

5.1. Sim ☐

5.2. Não ☐

6. Se já participou na acção de formação sobre necessidades educativas especiais que instituição (ões) promoveu(ram) esta (s) formação (ões)? **(escreva o (s) nome(s) da(s) instituição(ões))**

7. Quanto tempo demorou esta (s) formação (ões)? **(indique a duração da formação)**

7.1. ____ Dia (s)

7.2. ____ Semana (s)

7.3. _____ Outro _____ Indique

qual: _____

8. Acha que está preparada (o) para trabalhar com crianças com necessidades educativas especiais? **(assinale com X a sua resposta).**

8.1. Não ☐

8.2. Sim ☐

8.3. Justifica a sua resposta.

9. Considera que o seu jardim está preparado para acolher crianças com necessidades educativas especiais? **(assinale com X a sua resposta)**

9.1. Sim ☐

9.2. Não ☐

9.3. Se não, porquê? _____

10. No seu jardim existe (m) criança (s) com necessidades educativas especiais? **(assinale com X a sua resposta)**

10.1. Sim ☐

10.2. Não ☐

10.3. Se sim, quantas? _____ Criança (s). **(uma, duas, três) etc.**

11. Qual é a necessidade educativa especial que esta (s) criança (s) apresenta (m)? **(assinale com X a sua resposta)**

11.1. Deficiência visual ☐

11.2. Deficiência motora ☐

11.3. Paralisia cerebral ☐

11.4. Outras ☐ Indique qual: _____

12. Essa (s) criança (s) têm algum acompanhamento durante as actividades no seu jardim? **(assinale com X a sua resposta)**

12.1. Sim ☐

12.2. Não ☐

13. Se sim, por quem? **(assinale com X a sua resposta)**

13.1. Psicólogo ☐

13.2. Sociólogo ☐

13.3. Teurapêutas ☐

13.4. Outras ☐ Indique qual: _____

14. Quantas vezes visitam esta (s) criança (s)? _____ **(uma, duas, três, outras)**

15. Sente alguma dificuldade em trabalhar com as crianças com necessidades educativas especiaisdo seu jardim? **(assinale com X a sua resposta)**

15.1. Sim ☐

15.2. Não ☐

15.3. Justifica a sua resposta. _____

16. As actividades realizadas no seu jardim vão de encontro das necessidades das crianças com necessidades educativas especiais aí integradas? **(assinale com X a sua resposta)**

16.1. Sim ☐

16.2. Não ☐

16.3. Se não, porquê? _____

17. Quais as dificuldades apresentadas por esta (s) crianças durante as actividades? **(assinale com X a sua resposta)**

17.1. Dificuldade de fala ☐

17.2. Dificuldade de socialização ☐

17.3. Problemas emocionais ☐

17.4. Outro ☐ indique qual: _____

18. Elas integram facilmente nas actividades realizadas no seu jardim? (**assinale com X a sua resposta**)

18.1. Sempre ☐

18.2. Às vezes ☐

18.3. Nunca ☐

19. Como caracteriza o relacionamento entre as crianças com necessidades educativas especiais com as “ditas normais” no seu jardim? (**assinale com X a sua resposta**)

19.1. Relacionamento muito difícil ☐

19.2. Relacionamento difícil ☐

19.3. Relacionamento suficiente ☐

19.4. Relacionamento bom ☐

20. No seu jardim existe materiais específicos e equipamentos especializados para as crianças com necessidades educativas especiais? (**assinale com X a sua resposta**)

20.1. Sim ☐

20.2. Não ☐

21. Na sua opinião que obstáculo (s) dificulta (m) a integração das crianças com necessidades educativas especiais no jardim-de-infância onde trabalha? (**assinale com X a sua resposta**)

21.1. Falta de materiais /equipamentos ☐

21.2. Formação inadequada das monitoras ☐

21.3. Não aceitação dessas crianças nos jardins ☐

21.4. Outros ☐ Indique qual: _____

22. Considera que os jardins-de-infância do concelho onde trabalha estão preparados para acolherem crianças com necessidades educativas especiais? **(assinale com X a sua resposta)**

22.1. Sim ☐

22.2. Não ☐

22.3. Justifica a sua resposta. _____

23. Deixe sugestões sobre a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais nos jardins-de-infância do concelho onde trabalha. _____

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.